

Geografia e Ordenamento do Território, Revista Electrónica
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
<http://cegot.org>
ISSN 2182-1267



Fernandes, José
*CEGOT | Departamento de Geografia da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto*
Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal
jariofernandes@gmail.com

Editorial

Referência: Fernandes, José (2015). Editorial. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 7 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 3-8

O número 7 da GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território reúne, como os anteriores, mais de uma dezena de textos. Mais uma vez não é todo ele publicado em português e tem autores de várias nacionalidades, assim como geógrafos e não geógrafos (economistas, juristas e arquitetos, designadamente), alguns no processo de investigação para elaboração de tese de doutoramento, outros (a maioria) doutores e integrados em carreira académica e nalguns casos, sem ter ligação à academia, ou tendo-a, sendo conhecidos internacionalmente por ocuparem lugar de grande responsabilidade, o que é o caso de Joaquim Oliveira Martins, diretor da divisão de Políticas Regionais na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que assina, por convite, o texto de abertura com Enrique Garcilazo e William Tompson.

Face a anteriores edições, este número da GOT destaca-se pela grande quantidade de textos de autores espanhóis, oriundos de várias universidades e comunidades: três de Galiza, em coautorias de Francisco Armas e Carlos Macía, de Miguel Pazos-Óton, Mateo Varela-Coronado e Rubén Lois-González e de Fernando Vicente e Gonzalo Méndez; dois de

Navarra, assinados por Rosário Alonso e por Miriam Naveiro, um de Barcelona, de Sergi Martínez-Rigol e outro de Valência, da autoria de Xosé Souto.

Como sempre, os textos estão ordenados pela ordem alfabética do apelido do primeiro autor.

Relativamente aos temas, Enrique Garcilizo, Joaquim Martins e William Tompson, desde uma perspetiva essencialmente económica, trazem-nos uma reflexão sobre a dimensão espacial do desenvolvimento, num texto teórico mas de sólida sustentação empírica. A sua abordagem, reunindo alguns dos avanços mais recentes a propósito do desenvolvimento regional e das abordagens “place-based”, prestigia a GOT, mas, o que é sem dúvida mais importante, apela a uma maior responsabilidade da Geografia e abre perspetivas sobre novos modos, ditos inteligentes, de favorecer o desenvolvimento, o que é particularmente significativo se consideramos os tempos exigentes que vivemos e a força de um pensamento quase único nas políticas económicas.

Rosário Alonso aborda o direito a habitação digna e adequada para todos, consagrado na constituição de vários países, designadamente a espanhola. A partir da legislação, em especial a relativa à posse e uso do solo, demonstra a importância desta – nem sempre considerada como no planeamento – na compreensão da organização do território e muito especialmente na oferta pública e privada da habitação.

Falam também de desenvolvimento, à escala regional, Francisco Armas e Carlas Macía, abordando a forma como (não) penetram novas tecnologias e serviços avançados de uma dita “sociedade de informação” em boa parte da Região Norte de Portugal. Desenvolvem a esse propósito a ideia da existência de um “fosso digital”, especialmente penalizador para o desenvolvimento de áreas com características rurais.

O quarto texto, de Rodrigo Cardoso, em contrapartida, centra-se em espaços urbanos, tratando a questão da relação e diferença entre cidade principal e segunda cidade em vários países. A partir de três conjuntos de cidades, traz-nos alguma da reflexão que tem vindo a fazer na investigação que conduz e que tem merecido o acompanhamento de reputados geógrafos britânicos, incluindo o recém-falecido Peter Hall.

É de novo com espaços rurais que se preocupa o texto seguinte, da autoria António e Maria Covas, dois reconhecidos especialistas em questões de desenvolvimento em espaços de

baixa densidade. Abordam o tema da dieta mediterrânica e retomam conceitos explorados em textos anteriores da revista, como o de inteligência territorial e sociedade de informação. A partir daí e em especial do caso que estudaram, desenvolvem reflexão que merece bem ser entendida – e atendida – em defesa de redes colaborativas capazes de, em situações como a que tratam, alterar a cadeia de valor e promover ganhos a partir de bens e serviços multifuncionais em espaços ditos “tradicionais”.

Pela primeira vez sou coautor de um texto na GOT, cumprindo decisão coletiva de grupo de investigação a que pertenci, no projeto “Chronotope” coordenado por Mattias Karrholm e em que assumi alguma responsabilidade no domínio das políticas e do planeamento em centro de cidade. Além de nós dois, o quinto texto deste número 7 é assinado por Pedro Chamusca, Lluís Frago, Arnaud Gasnier e Charlotte Pujol, trazendo os contextos português (Porto), francês (Toulouse), espanhol (Barcelona) e sueco (Malmo). O tema é o das temporalidades, tomando as escalas nacional e urbana para análise comparada, o que permite entre outros aspectos comprovar a reduzida importância do tempo nas políticas urbanas e planeamento urbanístico, malgrado a apreciação que se faz a propósito do aumento do seu significado na vida das pessoas e na ocupação de lugares da cidade.

Uma revista aberta a todo o tipo de temas e escalas, acolhe com muito gosto o texto de Manuel Fernandes, João Bento e Nicole Devy-Vareta que se centra em aspetos consideravelmente diferentes dos demais, mas onde a dimensão geográfica está muito presente e há indicações de ordenamento do território. Os autores discutem o carácter autóctone (ou não) do pinheiro em Portugal (*Pinus sylvestris L.*), comumente dado como exótico, de que se avança no artigo prova de existir há muito, com especial relevância na serra do Gerês, onde persiste atualmente, considerando os autores que, pelo seu valor biogenético, merecia mais atenção.

O urbanismo é também o tema do texto assinado por Paolo Marcolin, Joaquim Flores e João Cortesão. Todavia, não é de habitação que tratam, antes da valorização de uma margem de rio (a direita do Douro, em Gondomar, no caso), como resultado de um investimento orientado para o tempo livre das pessoas, em que uma pista pedonal e ciclável constitui o elemento mais visível. Mais do que a análise do projeto ou a discussão sobre a importância acrescida destes espaços no uso do tempo dos residentes na proximidade, o tema central é

a construção de uma metodologia capaz de avaliar os elementos que podem fundamentar o “êxito” do projeto.

Num tempo em que muito se fala de avaliação e monitorização de investimentos, fala-se mais ainda porventura do encontro (ou desencontro) entre urbano e rural, em trabalhos que muitas vezes, tratam de redes e coesão territorial, ou olham para a baixa densidade numa oposição (ou complementaridade) entre produtivismo e multifuncionalidade. Helder Marques vai mais longe, num texto muito bem estruturado sobre o verde produtivo na Área Metropolitana do Porto, projetando o existente no horizonte 2020. Para tanto, toma por base a análise das dinâmicas e dos contextos e propõe uma tipologia onde se cruzam aspetos de natureza ambiental e económica, a considerar em medidas de política, designadamente as do quadro 2014-2020, ainda em processo de construção.

Sergi-Marinez Rigol trata o Raval, um bairro fora dos percursos da maioria dos turistas e dos mais desvalorizados em Barcelona. Tem por referência na sua abordagem, mais do que os efeitos da crise vivida pela cidade e região desde 2008, as dificuldades que este espaço conhece há muito e as diversas tentativas de regeneração/ reabilitação /revitalização que tiveram lugar, as quais – como noutros ditos “lugares-problema” pelo mundo fora –, ao se concentrarem em aspetos de natureza arquitectónica e desvalorizar a dimensão social, redundaram em fracasso, especialmente se o sucesso for visto como alteração da perceção que se tem do local a partir do seu exterior.

Neste caso como noutros, há muito que se defendem abordagens integradas, capazes de ultrapassar a soma de perspetivas sectoriais (por vezes até conflituantes), sendo certo que nunca o resultado final de qualquer tentativa nesse sentido permitirá um resultado completa e universalmente satisfatório. Como contributo a uma abordagem multisectorial e multidisciplinar, Miriam Naveiro propõe o recurso a mapas cognitivos, complementar de sistemas de indicadores, potenciador do envolvimento dos cidadãos na formulação de políticas de desenvolvimento e sua gestão.

Nuno Oliveira, conhecido sobretudo pelo seu desempenho como diretor do Parque Biológico de Gaia, ainda que também investigador científico e autor de múltiplas obras, assina um artigo sobre o que considera ser ação pioneira do que chama de turismo ornitológico. Partindo da figura de Alfred Smith que, no século XIX, visitou Portugal com o fim de observar e identificar aves, lembra a importância que este motivo de viagem pode

ter no nosso país, o que acontece, por coincidência, no ano em que a Câmara de Vila Real de Santo António candidata a prémio nacional de boas práticas municipais um projeto neste domínio.

O texto de Miguel Pazos-Óton, Mateo Varela-Cornado e Rubén Lois-González encara a dimensão regional do litoral do Norte de Portugal e da Galiza. Face à elevada densidade populacional que se verifica e à existência de uma rede de cidades que parece (ou apenas deve?) funcionar cada vez mais em sistema, a que os autores chamam de “corredor urbano atlântico”, alerta-se para a importância do sistema de transporte ferroviário de alta velocidade. Este sistema é importante não apenas no quadro da intermodalidade e, por consequência, significativo reforço das condições de mobilidade deste espaço regional, onde se concentra elevado número de pessoas e estabelecimentos industriais e de comércio e serviços, como se abrem possibilidades pouco potenciadas ainda pela abertura europeia, devido à divisão administrativa e em especial à fragilidade da governança portuguesa.

É também sobre Galiza e o Norte de Portugal que nos fala Xosé Souto, geógrafo galego da Universidade de Valência. Tal como Miriam Naveiro, centra-se em aspetos de natureza metodológica e em especial nas representações do território, ressaltando do que nos trás, a necessidade de dar corpo à reconhecida importância da abordagem multiescalar no planeamento e gestão, em especial quando orientados para o desenvolvimento de base espacial.

Por fim (respeitando a ordem alfabética), Fernando Vicente e Gonzalo Méndez, docentes da Universidade de Vigo, abordam ainda a relação entre Portugal e Espanha, centrando-se na dimensão transfronteiriça e em especial nos projetos de avaliação ambiental que têm incidido sobre estes territórios. Abordam em particular o que consideram ser uma das suas dimensões mais relevantes deste tipo de estudos, o da participação pública, para dar conta das deficiências do processo e da consequente apreensão pelos cidadãos dos efeitos desta medida de ordenamento do território.

Como os temas são diversos, nada tem o editor a acrescentar, poupando-me assim este facto a discorrer sobre qualquer temática, objeto ou metodologia.

Apresentados os artigos, esperando não desvirtuar o que os autores neles pretendem transmitir, resta-me a todos convidar à leitura, esperando que desfrutem e que com ela possam alimentar, um pouco que seja, o gosto da aprendizagem que, espero, possa continuar a acompanhar-nos vida fora.

Porto, 26 de Junho de 2015

O editor,

José Alberto Rio Fernandes